

MATA ATLÂNTICA

ONG quer impedir estrada na floresta

Porto Alegre — O Conselho Nacional de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pediu ontem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a suspensão da licença prévia para a construção de um trecho de 54,4 quilômetros dentro do último pedaço de Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, situado no litoral norte.

A moção pedindo a revisão do assunto foi aprovada por unanimidade na 6ª reunião anual do conselho, encerrada ontem em Canela (RS), onde estavam representantes de 17 estados e diversas ONGs. Na terça-feira, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, concedeu a autorização para elaboração do projeto. Para os ecologistas não há dúvida: uma rodovia estadual rasgando a floresta

significará um desastre ambiental.

Eles denunciam que cargas tóxicas circularão pela reserva, aumentando o risco de contaminação, incêndios, especulação imobiliária desenfreada e ainda criando uma situação delicada para a sobrevivência de cervos, jaguatiricas e macacos, entre outras espécies da fauna nativa.

A própria Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (Fepam), órgão do governo do Rio Grande do Sul, criticou o traçado. Aliás, o conselho parabenizou a Fepam pelo seu parecer técnico contrário à rota da estrada pela Serra do Pinto, no litoral norte gaúcho. Ontem, nem a diretora-presidente da Fepam, Verena Nygard, nem seu diretor técnico, Ricardo Dobrowolski, foram encontrados na fundação para comentar a decisão de Brasília. Inte-

ressado na estrada, o governo Antonio Britto (PMDB) distribuiu nota prometendo respeitar a lei e o meio ambiente.

TRÁFEGO PESADO

Com o nome de "Rota do Sol", a rodovia terá três pistas e permitirá outra alternativa de ligação do interior gaúcho com o litoral Norte, despejando tráfego pesado em uma região de preservação ambiental. "Mil caminhões/dia cruzarão o trecho extremamente íngreme em um ponto — novecentos metros de descida ao longo de 10 quilômetros —, o que ocasionará muitos acidentes e desastres ecológicos", avisou o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Aga-pan), arquiteto Francisco Milanez. Como um dos membros do Conselho, Milanez é um dos signatários do pedido ao Ibama.

A Procuradoria da República no Rio Grande do Sul igualmente deveria se manifestar sobre a atitude do Ibama. O órgão pedira anteriormente a Eduardo Martins a realização de nova audiência pública sobre o trecho Tainhas-Terra de Areia.

Os procuradores João Carlos de Carvalho Rocha e Paulo Gilberto Leivas apontaram o Relatório de Síntese de Estudos Ambientais, apresentado pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (Daer), como "insatisfatório e inconsistente" para a liberação do EIA. Disseram que a audiência pública sobre o tema, ocorrida dia 16 de julho, "não tem qualquer valor jurídico".

Rocha argumentou que não foi dada a publicidade ao EIA nem ao Relatório de Impacto Ambiental (Rima), como determina a Constituição.

CB
14/11/96
16